



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022.

**Luiz Gustavo Martins da Silva**

Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP.

luiz.martins@aluno.ufop.edu.br

## “UNIÃO E OLHO BEM VIVO” – LUTA POLÍTICA NA IMPRENSA BRASILEIRA: o jornal *Astréa* e o exilado Silva Maia (1821-1830).

---

### RESUMO

O objetivo é abordar o contraponto de ideias entre jornalistas. A perspectiva centra-se na atuação de Joaquim José da Silva Maia. O periódico *Astréa* é a fonte principal em análise. A partir do filtro de palavras, identifica-se o termo “Imparcial”, jornal editado pelo personagem à época. Enfatiza-se, assim, o recrudescimento do antilusitanismo e uma luta política pública na imprensa brasileira nos anos finais do Primeiro Reinado

**Palavras-chave:** Independência. Exílio. Imprensa.

## “UNIDAD Y OJO VIVO” – LUCHA POLÍTICA EN LA PRENSA BRASILEÑA: el periódico *Astréa* y el exiliado Silva Maia (1821-1830).

---

### RESUMEN

El objetivo es acercarse al contrapunto de ideas entre periodistas. La perspectiva se centra en la actuación de Joaquim José da Silva Maia. El periódico *Astréa* es la principal fuente analizada. Utilizando el filtro de palabras, se identifica el término “Imparcial”, un periódico publicado por el personaje en la época. Destaca así el aumento del anti-lusitanismo y una lucha política pública en la prensa brasileña en los últimos años del Primero Reinado.

**Palabras-clave:** Independencia. Exilio. Prensa.

## Introdução

Este artigo pretende focalizar um tema já trabalhado na historiografia: o dos conflitos antilusitanos (RIBEIRO, 2000; 1995; 1997). Trata, também, na primeira seção, de aspectos da trajetória e atuação política de Joaquim José da Silva Maia<sup>1</sup>. Tais considerações são imprescindíveis ao entendimento da luta política na imprensa brasileira no contexto da Abdicação de D. Pedro I, assunto da segunda seção.

A atuação de portugueses no Brasil Imperial, refugiados devido à perseguição do regime de D. Miguel (1828-1834), em Portugal, descortina possibilidades para se pesquisar e aprofundar o estudo do periodismo nos anos finais do Primeiro Reinado (1821-1831), e ao longo da Regência também.

Em Portugal, a década que se segue à Revolução Liberal de 1820<sup>2</sup> foi marcada por um intenso movimento antiliberal. Nesse momento, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, liderou três golpes políticos que suspenderam a Constituição, em 1824 e em 1828.

Esse contexto é denominado pela historiografia portuguesa como contrarrevolução miguelista (LOUSADA, 1987; MONTEIRO, 1990; LOUSADA; FERREIRA, 2009). E sua repercussão no Brasil tem sido alvo de estudos pela historiografia brasileira (GONÇALVES; GUIMARÃES, 2020; RODRIGUES, 1975).

A forte repressão dos miguelistas aos liberais teve como consequência a migração forçada de milhares de cidadãos portugueses. Entre 1823 e 1834, o número de exilados aumentava de forma incontável. Crianças, mulheres, homens, criadas, criados, padres e muitos militares viveram as mais variadas formas da experiência do exílio em países da Europa, na África e nas Américas.

Centenas dos refugiados estabeleceram-se nas províncias brasileiras. No Rio de Janeiro, receberam abrigo e subsídio financeiro do governo de D. Pedro. Muitos dos quais, ainda, integraram a tropa nacional, foram sócios de instituições científicas e culturais<sup>3</sup> e atuaram no teatro e na imprensa periódica.

---

<sup>1</sup> Neste artigo, baseio-me em linhas teóricas da micro-história. O renovado modo de se realizar biografia a partir dos anos de 1980 problematiza as histórias particulares dos sujeitos de forma não isolada da história geral, sendo estudadas em suas redes de relações, reiterando-se que a vida deles é marcada por indeterminismos ligados às situações políticas, econômicas, religiosas e etc. O uso do termo trajetória, aqui, adotado, ao diferenciar-se de biografia, procura centrar as análises em períodos específicos, sem a pretensão de abordar detalhadamente toda a vida do sujeito, tarefa, de resto, impossível. Ver: (KARSBURG, 2015; FERREIRA, 2021).

<sup>2</sup> O movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto marcou o início da superação do Estado absolutista e do Antigo Regime em Portugal, refletindo no Império.

<sup>3</sup> O grupo de exilados fundaram o Gabinete Português de Leitura. Sabe-se que Emílio Joaquim da Silva Maia, filho de Joaquim José da Silva Maia, foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Imperial Colégio de D. Pedro II.

O exílio português foi um evento histórico transatlântico, internacional e esteve conectado com os exílios espanhol e italiano (SILVA, 2022; ISABELLA, 2016; CASSINO, 2015; FARIA, 2015; PAQUETTE, 2013; SIMAL, 2012). A existência de exilados no Brasil recrudescer o antilusitanismo e as críticas ao governo de D. Pedro.

Brasileiros e portugueses, com diferentes projetos liberais, tiveram o periodismo como espaço de afirmação das identidades, em que puderam defender suas causas políticas. Como nos lembra a historiadora Gladys Sabina Ribeiro o “ser brasileiro” constituiu-se como construção histórica, oposta ao “ser português”, e foi reivindicado como forma de participação política, de luta pela liberdade, desde os anos finais de 1821 até 1834 (RIBEIRO, 1997)<sup>4</sup>.

Havia jornalistas tanto a favor quanto contrário ao governo do Primeiro Imperador. No caso da imprensa de oposição ao reinado, sabe-se que era muito ativa e disseminada no Rio de Janeiro. A historiadora Isabel Lustosa explica que a retomada dos trabalhos parlamentares a partir de 1826 marcou o aumento da imprensa liberal, que havia sido reduzida com o fechamento da Constituinte em novembro de 1823 (LUSTOSA, 2015).

O mais intenso jornal contrário ao governo foi o *Aurora Fluminense*<sup>5</sup>, surgido em 1827 e editado pelo jornalista Evaristo da Veiga. Deputado depois na Câmara e articulador do 7 de abril de 1831, data da Abdicação de D. Pedro, seu jornalismo assumia tom de moderação em relação aos outros grupos políticos da época, os exaltados e os caramurus, ambos de vertente liberal também.

Os demais periódicos liberais<sup>6</sup> que se opunham a D. Pedro foram o *Astréa*, redigido por Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, o *Nova Luz Brasileira*<sup>7</sup>, editado por Ezequiel Correa dos Santos, *O Tribuno do Povo*<sup>8</sup>, de Francisco

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, há que se considerar que se trata de um período em que a formação da identidade nacional ainda estava em formação, isto é, os conceitos de “brasileiros” e “portugueses” não se encontravam bem definidos. Logo, é importante enfatizar a identidade como construção política, fabricada mesmo no contexto das guerras pela independência e dos fatos históricos que se desenrolam nesse período.

<sup>5</sup> Data de circulação: 21 de dez. 1827 a jul. 1839, com hiatos. Fundador: Jose Apolinario de Moraes. Redatores: José Francisco Sigaud; Francisco Valdetaro, José Apolinário Pereira de Moraes e Evaristo da Veiga (1828 em diante). Imprensa liberal moderada, com maior regularidade, ocupando lugar central nos debates entre os jornais da época.

<sup>6</sup> Segundo o historiador Marcello Basile, no caso da imprensa moderada, ela se destacava e caracterizada pelo seguintes pontos: maior periodicidade e tempo de circulação; maior identificação da opinião pública com o projeto moderado e com o governo regencial; e melhor organização dos editores dos jornais. Ver: (BASILE, 2004)

<sup>7</sup> Data de circulação: 9 de dez. 1829 a 13 de out. 1831. Contava regularmente com a colaboração de João Baptista de Queiroz. Jornal de grupos chamados liberais exaltados, com dimensão de agente

Chagas de Oliveira Franca, o *Republico*<sup>9</sup>, de Antonio Borges da Fonseca, e o *Voz da Liberdade* juntou-se a eles em 1830<sup>10</sup>.

Do outro lado do espectro político, na defesa do Imperador, até o final de seu reinado estiveram Joaquim José da Silva Maia, editor do jornal *O Brasileiro Imparcial*, e o francês Henri Plasson, redator do jornal *Moderador*<sup>11</sup>. No final dos anos de 1830 também surgiu o *Verdadeiro Patriota*<sup>12</sup>, periódico que somou forças ao lado dos dois.

Silva Maia começou a editar *O Brasileiro Imparcial* em 1830, poucos meses após seu desembarque no Brasil. Como exilado da contrarrevolução miguelista, foi obrigado a percorrer o trajeto da Galiza à Espanha, à Inglaterra e aos Países Baixos, e aportou no Rio de Janeiro em 1829.

Porém, a atuação de Silva Maia na imprensa iniciou na passagem da América Portuguesa para o Império Luso-brasileiro. Nessa época, ele foi a favor das Cortes de Lisboa e posicionou-se contrário à separação do Brasil, deferindo críticas ao Príncipe e a D. João VI. Anos depois, passou a defendê-lo, tendo estado também a favor dos exilados.

Já em 1830, muitos adversários brasileiros buscaram reiterar o passado de Silva Maia, de alinhamento às Cortes constituintes e críticas a D. Pedro. Os jornalistas e assinantes do *Astréa* reagiram a mudança de postura do personagem. Ambos se manifestaram através de seus impressos. O contraponto de ideias entre o *Astréa* e Silva Maia não mereceu atenção por parte da historiografia brasileira.

São questões aventadas por trás do embate de discursos entre o *Astréa* e *O Brasileiro Imparcial*, a saber: o papel da imprensa como formadora de opinião pública e veículo de relatos históricos, os direitos e liberdade autorais, de liberdade de imprensa como condição de verdade e da autonomia e legitimidade discursiva. Este texto,

---

instrutivo e opinião pública. Teve diferentes tipografias, aspecto que demonstra falta de recursos – aliás, característica comum de muitos periódicos do período, principalmente os de oposição ao governo.

<sup>8</sup> Data de circulação: 18 de dez. 1830 a 6 de março de 1831. Vertente liberal exaltada, com uma linguagem mais incisiva na crítica ao governo de D. Pedro, na defesa do federalismo, ou seja, ampliação dos poderes políticos das províncias.

<sup>9</sup> Data de circulação: 2 de out. 1830 a 15 dez. 1855, porém com diversos hiatos na sua periodicidade, sendo editado também na província da Paraíba. Também se diferenciava dos liberais moderados por integrar a vertente liberal exaltada.

<sup>10</sup> No caso dos três últimos redatores, considerados mais radicais à época, cabe dizer que eram personagens das camadas médias urbanas. Conforme Marcello Basile, já citado, a atividade deles apontavam na via da democratização da vida pública e no combate aos privilégios dos portugueses, muito influentes nesse período no Brasil. Ver: (BASILE, 2001).

<sup>11</sup> Henry Plasson, a partir de agosto de 1830, passou a publicar esse jornal em língua portuguesa. A princípio, as publicações eram bilíngues, francês e português. *O Moderador, jornal político, comercial e literário* era quinzenal e totalizou 88 edições publicadas. Contribuiu para a consolidação da imprensa francesa no Rio de Janeiro, encerrando atividade em 2 de abril de 1831.

<sup>12</sup> Data de circulação: 1830 a 1831.

portanto, contribui para o assunto acerca da circulação de jornais em um espaço moderno, de opinião pública, no contexto do Primeiro Reinado.

### **Silva Maia, vida e trajetória política**

A vida de Joaquim José da Silva Maia (1776-1831) foi marcada pela atuação no comércio internacional e no periodismo. Nascido na cidade do Porto, em Portugal, a 3 de dezembro de 1776, era filho de Dona Clara Josefa Bernardina e de Francisco José da Silva Maia.

Aos vinte anos de idade, Silva Maia emigrou-se do Porto para a Vila de Cachoeira, capitania da Bahia. Mudou-se para Salvador, onde casou-se com Dona Joaquina Rosa da Costa. Foi pai de duas meninas e um menino de nome Emílio Joaquim da Silva Maia, outro exilado político do governo de D. Miguel (SILVA, 2022).

A migração de Silva Maia para a região do Recôncavo foi motivada pela busca de prosperidade econômica. Ali, provavelmente, adquiriu experiência como comerciante<sup>13</sup>. Mas o que se sabe é que ao se mudar para Salvador morava na cidade alta, no trajeto da ladeira do Convento do Carmo à Rua do Taboão, próximo do complexo mercantil. Tanto é que, em julho de 1811, matriculou-se na Real Junta de Comércio e procurava “todos os meios de sua prosperidade”, conforme afirmara dez anos depois<sup>14</sup>.

É importante salientar o modo como o negociante olhava para o mundo político. Sobre isso, a abordagem da historiadora Cláudia Chaves, apesar de não tratar particularmente do personagem, contribui para a reflexão sobre a formação letrada mercantil. Ao estudar economia política, Silva Maia como negociante poderia ter adquirido “conhecimentos específicos baseados na ideia de uma ‘ciência’ mercantil [que] foi a tônica no processo de distinção e reconhecimento profissional dessa função (CHAVES, 2009, p.172). Afinal, como ser verá, ele integrou-se a um grupo mercantil, podendo ter reproduzido saberes e valores de seu meio social.

De acordo com a historiadora Maria Nizza da Silva, os editores do jornal *Idade d’Ouro* (1811-1822), Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Inácio José de Macedo<sup>15</sup>,

---

<sup>13</sup> O curto período que viveu em Cachoeira, entre 1796 e 1802, é pouco explorado pela historiografia devido à ausência de documentação.

<sup>14</sup> *Semanário Cívico*, Bahia, 30 de agosto de 1821, nº. 27, f. 01.

<sup>15</sup> Há que salientar que o padre Macedo foi um dos professores de primeiras letras de Emílio Joaquim da Silva Maia, filho de Silva Maia. Macedo era ligado às sociedades maçônicas e aos ideais liberais em Salvador e em Portugal, sendo seus escritos preparados em Londres por diligência de Hipólito José da Costa, editor do *Correio Brasiliense*. É preciso investigar sobre as redes que estabeleciam Silva Maia, Macedo, Hipólito da Costa, Diogo Soares da Silva de Bivar e outros.

registraram nesse impresso viagens feitas por Silva Maia, com referências as suas embarcações, o sumaca *Voador* e o bergantim *Nelson*.

Eles noticiaram as rotas regulares das embarcações do negociante: atracação e desatracação na Bahia, em direção ao sul do continente americano - Porto Alegre, Rio Grande do São Pedro do Sul, Buenos Aires. Além disso, houve rotas em Portugal, Nova Iorque, África, com escalas no Rio de Janeiro, Pernambuco e outras capitanias meridionais<sup>16</sup>.

No *Idade d'Ouro* também é possível recuperar notícias de embarcações de membros do grupo de negociantes *praístas* - porque se encontravam radicados no bairro da Praia - do qual Silva Maia integrou-se e foi figura importante. Além dos diversos produtos que o personagem transportava, ele também se envolveu com o tráfico de pessoas.

Pelo menos dois registros em matéria de comércio de escravizados podem aqui ser evidenciados, sem esgotar o tema, até porque, foi bem trabalhado pela historiadora Walquiria de Resende Tofanelli Alves. Segundo ela, Silva Maia se opôs ao fim do tráfico internacional de escravizados, ao mesmo tempo que defendia a abolição da escravatura – posicionamento mais do que contraditório e comum à época – através do incentivo à imigração de europeus para o Brasil (ALVES, 2018).

Às informações apresentadas por Walquiria Alves acrescentamos os dados pesquisados no *website Slave Voyages*. O primeiro registro informa o nome da embarcação – Nelson, de propriedade de Silva Maia, conforme assinalado. O êxito da viagem é atestado pelo registro de que os escravos foram desembarcados na América e sabe-se que a viagem começou na Bahia, ainda que o porto não tenha sido especificado. Os africanos, num total expressivo de 252, provinham do Rio do Congo, tendo a travessia do Atlântico durado 33 dias, aportando na capitania em 29 de fevereiro de 1812<sup>17</sup>.

O segundo registro referente ao envolvimento de Silva Maia com os “negócios de grosso trato” (SILVA, 2008, p. 18) data de 21 de novembro de 1817, publicado no *Idade d'Ouro*. Nele, avisou-se que teria fugido “do Bergantim Nelson, um escravo marinho, por nome Manoel Quaresma, crioulo de São Tomé, estatura ordinária, bem

<sup>16</sup> *Idade D'ouro do Brasil, Bahia*, 02 de agosto de 1814, nº LXI, f. 04; *Idade D'ouro do Brasil*, 09 de maio de 1815, nº 37, f. 04. Entre os produtos transportados por ele, por exemplo, estavam gêneros alimentícios: farinha de trigo, carne, açúcar, bacalhau, e bens variados como couros, prata, aguardente. Ver: *Idade D'ouro do Brasil, Bahia*, 19 de dezembro de 1815, nº 101, f. 04.

<sup>17</sup> *Slave Voyages*. Consta como porto de origem da pesquisa: FO63/168, ff.167-72: BNA (Kew), Foreign Office. Disponível: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#>.

proporcionado, cheio do corpo, barba fechada, com calças e jaleco azul” e [quem tivesse notícias] procurasse a Silva Maia<sup>18</sup>.

No ano de 1821, Silva Maia tornou-se editor do jornal *Semanário Cívico* (1821-1823). O tempo de sua estadia na Bahia completava cerca de vinte anos, o que o fez adotar a província como sua “nova Pátria”<sup>19</sup>. Como explica a historiadora Kelly Eleutério Machado Oliveira, nesse momento, “as identidades se ligavam antes às pátrias, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco” (OLIVEIRA, 2018, p. 36).

O ideal de progresso presente no pensamento do jornalista, manifestado nas páginas do *Semanário Cívico*, se passou na defesa do desenvolvimento da província e na instrução através da criação de uma biblioteca pública. O redator, ainda, transcrevia notícias estrangeiras referentes às revoluções constitucionalistas, e se posicionava contrário ao despotismo e as tentativas de restauração da monarquia absolutista.

Mais notória foi sua defesa da causa constitucional quando relata que colaborou na Bahia com a proclamação da “CONSTITUIÇÃO, que fizessem as Cortes em Portugal”<sup>20</sup>. De fato, esse jornal era uma importante mídia através do qual o negociante, procurador do Senado, capitão de milícias e maçom venerável da loja *Humanidade*<sup>21</sup>, elaborava críticas ao Príncipe D. Pedro e a Regência de seu pai, entre elas, a medida de convocação das eleições da constituinte de 1823, adotada pelo Príncipe<sup>22</sup>.

Tais críticas podem ser compreendidas, aqui, sob dois aspectos. O primeiro, o de natureza estrutural ligado ao exílio da Corte portuguesa no Brasil em 1808. O segundo aspecto, refere-se ao caráter conjuntural relacionado à defesa de diferentes projetos pelos grupos políticos à época.

Em 1808, a chegada do Regente D. João viabilizou a abertura do comércio do Brasil às Nações europeias, atendendo, de modo síncrono, às elites locais e o comércio inglês com o Tratado de 1810. Com essas mudanças, Silva Maia e o grupo de

---

<sup>18</sup> Idade D’ouro do Brasil, Bahia, 21 de novembro de 1817, nº 92, f. 04, grifo nosso.

<sup>19</sup> *Semanário Cívico*, Bahia, 30 de agosto de 1821, nº27, f.01.

<sup>20</sup> *Semanário Cívico*, Bahia, 30 de agosto de 1821, nº27, f.01.

<sup>21</sup> Loja localizada na Água Brusca, em Salvador, fundada em 10 de agosto de 1808 e encerrada após o início da Revolução Pernambucana de 6 de março de 1817. A associação de Maia com a maçonaria foi feita, principalmente, por José Agostinho de Macedo - padre que se tornou o principal jornalista da contrarrevolução miguelista - em cartas a Joaquim José Pedro Lopes, impressas em Lisboa, em 1827. Ver: (MAGALHÃES, 2017).

<sup>22</sup> Mas os conflitos não se restringiam somente a província da Bahia. As referências a Pernambuco também foram constantes nesse impresso, pois, como se informava, ali havia uma “terrível perseguição contra os portugueses europeus”. Na província pernambucana, a crise política e social era semelhante a presente na Bahia, e o projeto de separação ocorreu na mesma linha do proposto pelo Centro-Sul. Ver: *Semanário Cívico*, Bahia, 06 de junho de 1822, nº66.

negociantes portugueses, notadamente os da Bahia, foram afetados devido à ruptura do exclusivo metropolitano.

Silva Maia aderiu às Cortes constituintes de Lisboa - uma assembleia provocada pela Revolução Liberal de 1820 - a 10 de fevereiro de 1821. Na Bahia, previamente, se proclamou a Constituição em fevereiro de 1821, que fizessem as Cortes de Lisboa, episódio que teve intensa participação de Silva Maia.

Em Lisboa, a primeira experiência liberal foi ratificada na promulgação da Constituição em 30 de setembro de 1822. A partir desse momento, os conflitos se intensificaram entre os adeptos às Cortes e à manutenção da união política e econômica de Brasil e Portugal e os grupos autonomistas brasileiros, representados pelas elites do Centro-Sul, que propunham a independência.

Na conjuntura política, os grupos liberais progressistas, com os quais Silva Maia se identificava, se viam como aptos para defender um projeto liberal, sob uma monarquia constitucional, com a sede em Lisboa. O que implicava manter as relações comerciais, com a promoção de tratados entre Portugal e Brasil. O projeto para um novo Império Português, proposto por Silva Maia (e outros), indicaria a defesa da ideia da “utopia do poderoso império” (LYRA, 1994, p. 23; ALVES, 2022).

Nesse sentido, os progressistas viam no projeto autonomista da independência o anticonstitucionalismo e, contrarrevolução, à Revolução Liberal de 1820. O dissenso entre os portugueses e, também, portugueses natos, refere-se ao fato das divergências quanto às propostas de organização constitucional. Isso ficou evidente na Bahia, onde o grupo *praístas* alinhou-se, em fevereiro de 1822, com o general Inácio Luís Madeira de Melo, empossado como governador das armas na província, sendo ainda central o apoio do *Semanário Cívico*.

A adesão ao projeto autonomista aumentou ao longo do segundo semestre de 1822. Na Bahia, a guerra civil se fortaleceu com os novos aderentes à separação, rivais de Silva Maia, como foi o caso de Francisco Gê Acayaba Montezuma. Com as tensões, criou-se uma Junta paralela no Recôncavo, que foi reprimida. E o que se segue é uma migração das pessoas da região devido à crise de desabastecimento alimentar, provocada pelos conflitos.

Assim, a adesão à independência deu-se em 2 de julho de 1823. O que motivou Silva Maia e sua família seguirem viagem para o Maranhão, que pouco mais de vinte dias depois da Bahia, a 28 de julho de 1823, também aderira à separação política.

É marcante na trajetória de Silva Maia uma atuação no comércio exterior e um posicionamento crítico advindo das mudanças estruturais e conjunturais, como abordado. O projeto por ele defendido não foi vitorioso, tendo sido percebido como recolonizador, resultado das dissidências entre brasileiros e portugueses nas Cortes em Lisboa.

Há que ressaltar, contudo, que, segundo Luana Melo e Silva, “não eram reais as intenções das Cortes lisboetas [de] tomarem medidas que significariam a recolonização do Brasil” (SILVA, 2010, p. 53), e que esse conceito foi mobilizado politicamente por adeptos que se alinhavam com a política implementada no Rio de Janeiro, bem como estava ligado à permanência de D. Pedro no Império<sup>23</sup>.

Após a adesão conflituosa das províncias do Norte ao projeto de independência e ao programa constitucional integracionista, Silva Maia viajou com sua família do Maranhão para o Porto, chegando ali a 01 de janeiro de 1824. Sua mudança para Portugal marca uma reavaliação das conjunturas no contexto da contrarrevolução miguelista.

Já em 1826, começou a editar o jornal *Imparcial* (1826-1828). Atuou como jornalista até o ano do golpe de D. Miguel, em 1828, e não abriu mão de noticiar os acontecimentos do Brasil. Nesse jornal, é que se pode perceber seu novo posicionamento frente ao cenário transatlântico e em relação às críticas feitas anteriormente a D. Pedro. Assim é que foi um ferrenho defensor do constitucionalismo à época em vigor no Brasil, sobretudo após a outorga da Constituição brasileira de 1824, em Portugal, feita por D. Pedro.

Para Silva Maia, o Imperador brasileiro era uma “ponte do Oceano” entre a América e a Europa para pôr fim à Restauração ali vigente<sup>24</sup>. O que o fez reconhecer o papel central do Brasil para a consolidação do Liberalismo em Portugal, sem lançar mão dos vínculos entre os dois países, apontando para “as mútuas relações comerciais, identidade de costumes, leis, religião e sanguinidade”<sup>25</sup>.

De modo geral, o *Imparcial* manifestava uma compreensão da ruptura política, da impossibilidade do estabelecimento do Absolutismo no Brasil, que na sua observação, não teria espaço na colônia desde as conjurações do século XVIII. De 27 de março a 21 de maio de 1828, Silva Maia esteve preso pelos miguelistas na cadeia da Relação do Porto, em razão de ter sido redator do impresso.

---

<sup>23</sup> Ver, entre outros: BERBEL, 2005.

<sup>24</sup> *Imparcial*, Porto, 18 jul. 1826.

<sup>25</sup> *Imparcial*, Porto, 28 ago. 1827, p. 390.

Foi libertado em razão da Revolução do Porto de 1828<sup>26</sup>. Após esse fato, afirmava em suas *Memórias*, escritas durante seu exílio, que: “Eu fui essa vítima, como redator do *Imparcial*; preso na cadeia do Porto no dia 27 de março de 1828, obtive a liberdade no dia 21 de maio em consequência da Revolução do Porto” (MAIA, 1844, p. 10).

Porém, tornou-se exilado político do regime de D. Miguel. A sua condição como exilado pode ser dividida em duas fases. A primeira, a da participação na militância antimiguelista na Europa. A segunda fase liga-se à sua atuação no Brasil. Em Portugal, no Porto, foi forçado a percorrer o trajeto intenso com milhares de refugiados até a Espanha. À companhia do Exército constitucional, esteve também na Inglaterra e em Bruges.

A trajetória de vida política de Silva Maia esteve imbricada em dois reinados, de reis de uma mesma dinastia, a dos Bragança, e foi balizada pela militância ao lado dos liberais, inclusive de D. Pedro. A abordagem de sua atuação esclarece a circulação de pessoas no Mediterrâneo e no Atlântico. Assim, as apropriações dos ideais constitucionais nos anos seguintes à ruptura política entre Brasil e Portugal tiveram no periodismo o veículo mais eficaz de consolidação da opinião pública, dentro do qual Silva Maia foi notório jornalista.

### ***O Brasileiro Imparcial e o Astréa: a imprensa brasileira em luta política***

*O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas.*

Alfredo Bosi

A nova situação política aberta no Brasil Imperial a partir de 1822 ampliou a liberdade de expressão através da imprensa. A instabilidade do país recém independente perdurou em um processo longo, que cruzou com a emergência de diferentes projetos de

---

<sup>26</sup> A resistência dos liberais a D. Miguel e instalação de seu governo, não se restringiu à Revolução de 1828. Outros movimentos revolucionários ocorreram com o mesmo propósito como o ataque aos professores da Universidade de Coimbra, que saudariam o novo monarca em Lisboa, culminando na morte dos mesmos. Outro evento foi o *Belfastada* ocorrido em 16 de maio de 1828, que teve a participação do general Saldanha, Marquês de Palmela, Conde de Vila Flor, Cândido José Xavier, brigadeiro Pizarro, desembargador Teixeira Queirós e Sá da Bandeira - que se exilou no Brasil. Dos desentendimentos entre esses homens, por volta de 2 de julho de 1828, decidiu-se pela dissolução da Junta do Porto e embarque do vapor fretado em Londres *Belfast* – daí o nome do movimento - com as tropas portuguesas para Plymouth, onde foi estabelecido o depósito geral dos exilados portugueses. A partir desse momento, então, os militares implicados no *Belfastada* se refugiavam do Porto, assim como milhares de indivíduos dos setores sociais baixos e médios.

organização de Estado e Nação, e conectado com as experiências da América. Nas palavras de Marco Morel, ao longo desses anos violentos os brasileiros precisavam lidar com o carro da revolução e as decorrências de sua experiência revolucionária (MOREL, 2003).

Cinco anos após o surgimento do jornal *Astréa*, Silva Maia desembarcou no Rio de Janeiro, vindo dos Países Baixos. Ao aportar na província, em 1829, não demorou para que a imprensa noticiasse assunto a seu respeito, até porque, começou a editar o jornal *O Brasileiro Imparcial*, em janeiro de 1830.

Em uma segunda-feira, a 15 de fevereiro de 1830, publicou-se uma notícia no jornal *Diário do Rio de Janeiro* informando onde Silva Maia morava: na Rua das Violas, número 130, atual Rua Teófilo Otoni<sup>27</sup>. O objetivo da notícia parecia anunciar os seus serviços, pois se presumiu que estava apto para ser consultado em matéria de comércio e seguros marítimos.

Supõe-se que ele teria atuado como consultor ou ofereceria trabalho de consultoria nesse logradouro. Advertia-se, além disso, que era um “Negociante Matriculado na Imperial Junta do Comércio e Cidadão Brasileiro (...)”<sup>28</sup>. Instigante é o fato de se ter advertido que o portuense Silva Maia era “cidadão brasileiro”, não é mesmo?<sup>29</sup>

Os estudos recentes acerca da trajetória do personagem demonstram que o peso de sua presença no Brasil pode ser aferido pelas reações que despertavam entre os contemporâneos na imprensa (ALVES, 2022; LUSTOSA, 2021; ALMEIDA, 2019). Porém, o embate de ideias que envolvia os discursos de Silva Maia manifestou-se reativamente nas páginas dos liberais fluminenses do *Astréa*.

Em 1830, a luta política teve esse periódico e o *Brasileiro Imparcial* em lados opostos do espectro político, embora o ponto mais comum entre ambos era a defesa de uma vertente liberal. Os astríacos<sup>30</sup>, assinantes jornal, trataram-no com forte rivalidade. Nele, transcreviam-se apelos de seus correspondentes, que argumentavam que ele era “inimigo da independência” e, portanto, do Brasil, e que não era e nem poderia ser cidadão brasileiro.

As acusações que recaiam sobre Silva Maia frequentemente reiteravam seu passado da época que era redator do *Semanário Cívico* na Bahia. Como dito, nessa

---

<sup>27</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 12, p. 44, ed. 0200012, 15 de fevereiro de 1830.

<sup>28</sup> Cf.

<sup>29</sup> Afinal, cabe lembrar que Silva Maia se tornou cidadão brasileiro pela Constituição de 1824.

<sup>30</sup> O termo é uma alcunha criada pelo próprio autor deste artigo, para caracterizar o grupo de vertente política liberal, incluindo os redatores e os assinantes que compunham o *Astréa*.

época ele foi a favor das Cortes de Lisboa, e sua postura era contrária à independência, e por isso foi muito combatido pela imprensa carioca<sup>31</sup>.

A partir desses apontamentos, entende-se que Silva Maia, mesmo durante o processo de independência era uma figura de protagonismo na história da independência e tornou-se objeto no ano de 1830, aspecto, aliás, apontado no texto de um pseudônimo<sup>32</sup>, transcrito no *Astréa*. Essa premissa indica que os assinantes do jornal apropriaram de parte da trajetória do personagem e a traduziram para um novo contexto político, atualizaram sua concepção de vida intelectual de modo a reforçar seus próprios argumentos.

O *Brasileiro Imparcial* circulava duas vezes por semana, às terças-feiras e aos sábados, chegando a um total de 104 edições, com quatro páginas cada. Silva Maia manteve o mesmo prospecto do *Imparcial* que publicava no Porto: “Longe de servir a este ou aquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, a todos falaremos a linguagem da razão”<sup>33</sup>.

As bandeiras defendidas n’O *Brasileiro Imparcial* eram as mesmas que o exilado sustentava em Portugal, tais como a defesa de D. Pedro, da independência e do sistema liberal. Ao mesmo tempo que conferia legitimidade aos ministros escolhidos pelo Imperador e buscava cultivar um espírito de união para mitigar os conflitos e interesses dos grupos políticos.

Com esse impresso, Silva Maia esforçava-se em tom moderado para formar a opinião pública sobre as vantagens do sistema constitucional, realçando artigos da Constituição de 1824 e defendendo a proeminência do poder Moderador, na figura de D. Pedro.

---

<sup>31</sup> Também foi acusado de “reacionário”, “áulico”, “recolonizador”, “absolutista”, contribuindo para que sua trajetória e o projeto por ele defendido fossem equivocadamente interpretados, quer seja pelos seus contemporâneos ou pela historiografia. As pesquisas de Walquiria de Rezende Tofanelli Alves demonstram que termos como “reacionário” e “áulico” atribuídos a Silva Maia foram feitos por produções de Francisco Adolfo Varnhagen (1916); (1938), Nelson Werneck Sodré (1966), Consuelo Pondé de Sena (1983); (2016), Christiane Peres Pereira (2013); (2020). Ver: (ALVES, 2022; 2021). Ressalte-se que os estudos desses autores possuem perspectivas teórico-metodológicas distintas e, portanto, particularidades na análise documental e da narrativa da História.

<sup>32</sup> Em vez de usar os próprios nomes, os missivistas, autores das correspondências, preferiam adotar apelidos. É preciso pontuar, brevemente - inclusive por não existir estudos sistemáticos sobre o tema - que o uso de pseudônimos significava: 1) para reforçar uma identidade ou causa política; 2) certo medo e represálias de agressão das autoridades; 3) ou mesmo porque a pessoa não queria se identificar.

<sup>33</sup> A folha e as folhas avulsas poderiam ser subscritas na loja de João Batista dos Santos, localizada na Rua da Cadeia, número 114, pelo preço de 2.000 réis por trimestre, e na loja de João Pedro da Veiga, cuja Rua era a da Quitanda, no canto da Rua de São Pedro, e o preço a 80 réis. O *Brasileiro Imparcial*, Rio de Janeiro, sábado, 2 de janeiro de 1830, n. 3258.

Portanto, defendeu o reinado do Imperador, a legitimidade de sua filha D. Maria Glória ao trono português e a causa de seus conterrâneos refugiados no Brasil, e também passou a combater o governo de D. Miguel ao reavaliar a conjuntura transatlântica.

Quanto ao jornal *Astréa*, que teria sido fundado por João Bráulio Muniz, a primeira edição foi publicada em 17 de junho de 1826<sup>34</sup>. O impresso poderia ser subscrito em tipografia própria, localizada na rua do Sacramento, número 23. À frente da linha editorial, encontravam-se os jornalistas Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, já referidos<sup>35</sup>.

Esse jornal desempenhou importante papel na divulgação do saber político e no esclarecimento de certas questões constitucionais. Lê-se na primeira página das edições que se amparava no artigo 179, inciso IV da Constituição brasileira de 1824: “todos podem comunicar os seus pensamentos ou palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem depender de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito (...)”.

O *Astréa* integrou o conjunto de jornais de oposição a D. Pedro I, como dito, encerrando suas atividades em 18 de agosto de 1832. Segundo Marcello Basile, a imprensa liberal moderada, da qual o periódico fez parte, em geral, se destacava pela periodicidade regular e pelo maior tempo de circulação, aspecto já assinalado (BASILE, 2004).

Por seis anos, o *Astréa* circulou no Rio de Janeiro, contando com 800 edições. Ademais, teve alcance nas mais distantes regiões, como na Vila de Rio de Contas do alto sertão baiano, onde influenciou na “(re)elaboração das identidades políticas”. Segundo o historiador Moisés Frutuoso, ali o antilusitanismo manteve-se como a tônica dessas novas configurações políticas.

Já em janeiro de 1830, lê-se no *Astréa* as referências a Silva Maia. É possível ter conhecimento dos números 516 a 655 das 140 edições publicados ao longo desse ano.

---

<sup>34</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, sábado, 17 de junho de 1826, n. 1. Vê-se também em Anais da Biblioteca Nacional, 1965, v. 85, p.15: [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1965\\_00085.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1965_00085.pdf). Sobre a possibilidade de João Bráulio Muniz ser fundador do *Astréa*, há na historiografia uma ou outra avaliação a esse fato como sendo verdadeiro. Entretanto, tal informação ainda não foi objeto de consenso entre os pesquisadores.

<sup>35</sup> O preço da folha *Astréa*, como lê-se em seu frontispício, custava 4.000 réis, preço elevado à época, e era assinada em quartéis ou quatro meses, entre 2 a 4 páginas. Já as folhas avulsas, 80 réis cada. Os números eram publicados às terças-feiras, quintas-feiras e sábado, vendidos na própria tipografia e na rua dos Pescadores, número 49, na loja de E. F. da Veiga e C., na rua da Cadeia, número 144, na loja de João Batista dos Santos e na Praça da Constituição, número 51, na loja de Silviano José de Almeida. *Astréa*, Rio de Janeiro, sábado, 2 de janeiro de 1830, n. 516.

Dessa forma, houve cerca de 64 (28,83%) ocorrências ao Imparcial (filtrado com e sem aspas), com menções ao “Sr. Silva Maia”<sup>36</sup>. Era mais comum, contudo, se mencionar os jornais *Imparcial* e *Semanário Cívico* do que propriamente o nome Silva Maia, e em todos os meses e quase todas as semanas houve publicações divulgadas.

Em 11 de fevereiro de 1830, transcreveu-se um apelo no *Astréa*, a pedido do leitor que escrevia sob o pseudônimo “Um da canalha”. Ele queria que fossem formuladas algumas perguntas ao “Ilustríssimo Sr. Maia, ex-redator do *Semanário Cívico da Bahia*”:

Um Amigo do Brasil, e da sua Constituição deseja saber se o Sr. ex-redator escreveu o N. 11 do *Brasileiro Imparcial* para defender ou ofender os Emigrados Portugueses? Se descobriu o método de felicitar esses Emigrados ofendendo os Brasileiros? Se em alguma parte do mundo foram esses srs. mais bem tratados do que no Brasil? Se pretende desfiar contra eles ódios e rivalidades? Se não acha justo que um Povo há pouco libertado da escravidão e dos ferros da Metrópole, seja cioso de sua liberdade? Se são os hóspedes que devem sofrer alguma impertinência dos donos da casa, ou estas imposturas e ingratidões daqueles? Se o sr. ex-redator sabe o que escreve, ou escreve o que sabe? Se escreve no Brasil por negócio, ou por favor a alguém?<sup>37</sup>.

No trecho, o leitor missivista questionava a publicação de número 11 d’O *Brasileiro Imparcial*. Suas perguntas podem revelar a natureza da luta política: os conflitos identitários e socioeconômicos. Elas indicam, ainda, que a defesa relativa à causa dos exilados por Silva Maia se tratou de uma ofensa a identidade brasileira, por via reflexa, ao povo brasileiro.

No número 11, de 6 de fevereiro, em resposta, Silva Maia defendia os exilados em tom moderado, pois, segundo ele, os acusavam de “inimigos do Brasil”, de “vadios” por se beneficiarem de algumas loterias para se alimentarem em detrimento aos benefícios não concedidos ao brasileiros envolvidos na “guerra do Sul” – provavelmente resultado na crise econômica desencadeada pela Guerra da Cisplatina (1825-1828). Conforme apontou:

Em um dos *papeluchos* de meia folha que se publicam nesta cidade, lemos uma *diatribe* contra os Emigrados Portugueses, residentes no Rio de Janeiro; acusam-nos de que eles são inimigos do Brasil, que querem ter ingerência em negócios políticos apoiando os inimigos da *independência*; e que são uns *vadios*; o Governo é censurado porque lhe concedeu o benefício de quatro

---

<sup>36</sup> Entre 1826 e 1832, período de vigência do periódico, identifica-se um total de 222 ocorrências ao termo Imparcial. Observação: não há espaço suficiente neste texto para reprodução de todas as ocorrências identificadas.

<sup>37</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, 1830, p. 2540.

loterias de 100.000,000 [réis] cada uma, para se alimentarem, quando deixa morrer a mingua centenas de Brasileiros estropiados na guerra do Sul, e suas famílias, sem lhes conceder iguais benefícios, como concedeu para nutrir ociosos que podiam ocupar-se na cultura das terras<sup>38</sup>.

Mesmo assim, Silva Maia não pretendia defender todos os exilados, porque entre eles poderia existir alguns indiscretos que por “ações e palavras ofendam os Brasileiros”, sugerindo, também, que pudesse haver algum “oculto agente de D. Miguel”.

Mas garantiria que os exilados aos quais ele conhecia “são amigos do Brasil, da sua Independência e Constituição”, sustentando e defendendo a “Liberdade Brasileira”. Concluía que o “ódio que consagra os infelizes Emigrados Portugueses, os induz a seduzirem os incautos Brasileiros para os insultar nos papéis públicos”<sup>39</sup>.

O contraponto acima evidencia o esforço dos astriacos em produzir uma negação da identidade brasileira ao *Brasileiro Imparcial*, enfatizando que Silva Maia “não [seria] Brasileiro”. Em 17 de abril, sob o pseudônimo “um homem velho”, reforçava-se essa questão da identidade e conclamava o redator do *Astréa* para ir com “Olho Vivo”<sup>40</sup>. O objeto da discussão era a suposta prisão de sujeitos considerados “Judas de palha e de cortiça” pela Guarda da Polícia.

O assinante afirmou estar admirado por Silva Maia não ter censurado através do de seu jornal esse ato das autoridades, que na visão dele era justo, e clamava que o objeto da atenção das autoridades pudesse ser o redator do *Imparcial*. O teor da acusação, enfim, demonstra ser um aspecto de ameaça.

Ressalta-se que as acusações, de ambos os lados, faziam parte de um discurso político da época. A intenção do *Astréa* era “UNIÃO E OLHO BEM VIVO”, síntese de dois mandamentos dos brasileiros, na acepção do grupo liberal<sup>41</sup>. Por que união e olho bem vivo? Segundo o manifesto de um assinante, em 8 de maio de 1830: “União para que os malvados não levem avante seus danados projetos, e Olho bem vivo, para não nos deixarmos enganar pelos fingidos, e encapotados inimigos de nossa Pátria e da Constituição que felizmente nos rege (...)”<sup>42</sup>.

Se, em 1823, o questionável grito **INDEPENDÊNCIA OU MORTE** aponta para a liberdade e unidade do Brasil, que não existia naquela altura, em 1830, o *Astréa* parecia

---

<sup>38</sup> O *Brasileiro Imparcial*, Rio de Janeiro, 1830, p. 41-43.

<sup>39</sup> O *Brasileiro Imparcial*, Rio de Janeiro, sábado, 6 de fevereiro de 1830, n. 11, p. 43.

<sup>40</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, sábado, 17 de abril de 1830, n. 556, p. 2642.

<sup>41</sup> Cf. Ao termo *astréa* no sentido figurado atribuiu-se o significado de “a justiça”. Ver: (SILVA, 1890, p. 268). A primeira edição do periódico possui o símbolo representando a justiça, porém, nas edições seguintes a imagem parou de ser divulgada.

<sup>42</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, sábado, 8 de maio de 1830, n. 565, p. 2677-2679.

atrelar no grito a sua bandeira **UNIÃO E OLHO BEM VIVO** também contra o elemento português e à revelia do reinado de D. Pedro. Para fazê-lo, no caso particular de Silva Maia, as suas roupas velhas ou novas foram escolhidas naquele presente, evocando aqui a epígrafe de Alfredo Bosi, na medida que seu passado era reiterado.

A atualização de parte da trajetória de Silva Maia foi feita várias vezes. Apontava-se para a edição de número 85 do *Semanário Cívico* lembrando as “atrevidas” e “revoltantes expressões” com que tanto insultava ao nosso “Imortal Imperador”<sup>43</sup>. Já no mês de maio, Silva Maia foi tratado como “abominável”, porque, conforme as acusações, teria conspirado contra a independência e o monarca. Essa discussão envolveu a edição de número 561 do *Astréa*, na qual se mencionava o trecho do *Semanário Cívico*. O tom do texto releva um discurso ameaçador, incitando atear “Pólvora, canhão e bala”<sup>44</sup>.

Em 11 de maio, reproduziu-se um texto que citava a edição de número 36 d’O *Brasileiro Imparcial*. Buscava-se reforçar, a partir de outros personagens, a postura de Silva Maia quando fora contrário à independência, sob a acusação de que através da edição defendia Salvador José Maciel, que viveu o período da guerra civil na Bahia, e afirmava que esse tal Maciel “fora inimigo declarado do Brasil, dando provas disso no empenho que mostrara na construção das linhas de defesa contra a nossa Tropa (...)”<sup>45</sup>.

Assim é que sob o pseudônimo “O Queixoso” trouxe à questão de que Silva Maia era “um inimigo finalmente, que faz objeto na História da nossa Independência?”. Na sequência, acusava-o de perverso e esperava por vingança “das luzes dos membros do governo”<sup>46</sup>.

O exilado foi objeto de discussão tanto porque lutou contra a independência, ao defender seus interesses comerciais e políticos, como também pelo fato de que os próprios liberais apropriaram de parte de sua trajetória reforçando o seu passado. A trajetória e a memória de sua atuação política foram disputadas entre as cartas dos liberais, transcritas no *Astréa*.

O elemento “estrangeiro”, ou seja, português foi evocado, a 8 de maio, e a acusação de que ele era “Miguelista”, em julho. A historiadora Mirian Halpern Pereira aponta para uma associação que se fazia nesse período entre a “figura do antigo colono” e “o comerciante [como o foi Silva Maia], a quem se atribuía a carestia, e a homens

---

<sup>43</sup> Astréa, Rio de Janeiro, quinta-feira, 29 de abril de 1830, n. 561, p. 2661-2663.

<sup>44</sup> Astréa, Rio de Janeiro, quinta-feira, 6 de maio de 1830, n. 564, p. 2576.

<sup>45</sup> Cf. Astréa, Rio de Janeiro, quinta-feira, 6 de maio de 1830, n. 564, p. 2576.

<sup>46</sup> Astréa, Rio de Janeiro, terça, 11 de maio de 1830, n. 566, p. 2681-2683.

políticos que rodearam D. Pedro I”. No caso de Silva Maia, os liberais corporificaram-no a desconfiança de “traição nacional” (PEREIRA, 2013, p. 38).

A preocupação dos astriacos com a presença de Silva Maia e de seus conterrâneos no Brasil à frente d’O Brasileiro Imparcial aumentava com o passar dos meses. Em diálogo com o público leitor, sob o pseudônimo “O Brasileiro Parcial” se dizia “Brasileiros! Alerta!” e “Brasileiros!! Cautela, união e olho vivo”<sup>47</sup>. O que é possível notar, ainda, era o tom violento, pois o que se desejava era “ódio eterno aos malvados incorrigíveis, quer natos, quer de adoção”<sup>48</sup>.

Em fins de julho, por exemplo, transcreveu-se um artigo comunicado que incitava mais ódio ao jornalista, porque, segundo o pseudônimo, “muita gente supôs que esse não revolucionário, sem caráter, emigrando de sua infeliz Pátria, teria vindo procurar o pão no meio do mesmo brioso Povo, que o insultou (...)” e que ele “continuasse no ofício de Periodiqueiro, no Brasil, de que foi e é (...) inimigo”<sup>49</sup>.

Como o leitor pôde notar, o *Astréa* ao atualizar parte da atuação política do exilado buscava afirmar também a causa nacional<sup>50</sup>. O que ainda se pode investigar, que não constatamos nas correspondências, é por qual razão o envolvimento de Silva Maia com o tráfico de pessoas não foi reiterado pelos liberais a fim de acusá-lo de inimigo da liberdade, o que reforçaria a imagem escravidão.

O exilado português-brasileiro-liberal Silva Maia “se tornara símbolo maior da crise que marcou o final de Primeiro Reinado”, tendo havido uma manifestação no dia do seu funeral em março de 1831. No momento em que seu caixão era conduzido para convento de Santo António, atrás do cortejo, “canalhocratas – patifocratas – farroupilhas” iam perseguindo e atirando “foguetinhos da índia e soltando impropérios ao misero cadáver que já era cadáver e por isso não podia responder-lhes!” (LUSTOSA, 2021, p. 202). Seria difícil afirmar se, entre os que perseguiram o cortejo, estava presente algum liberal do *Astréa*.

A seguir, convém destacar que os estudos que tem como objeto de análise a imprensa e os jornais avançaram na compreensão de grupos e culturas políticas com base em suas ações, ideias e representações. Como nos lembra o historiador Marco

---

<sup>47</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 22 de julho de 1830, n. 592, p. 2791-2796.

<sup>48</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, sábado, 8 de maio de 1830, n. 565, p. 2677-2679.

<sup>49</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de julho de 1830, n. 591, p. 2789-2792.

<sup>50</sup> Nesse contexto luso-brasileiro, as noções de soberania estiveram ligadas à causa nacional, antes mesmo da independência e na sua conjuntura. Desde a Assembleia Constituinte e depois com a Constituição de 1824, a “vontade da nação” foi cada vez mais discutida. Portanto, os conceitos de “soberania” e “nação” se tornaram centrais na construção das bases do novo Estado brasileiro, que viria a se consolidar no período Regencial.

Morel, a imprensa foi capaz de elaborar a identidade nacional com vertentes políticas diferentes e até mesmo conflitantes em si (MOREL, 2009).

Uma das características desse meio de comunicação era o ordenamento da cena pública. Marco Morel aponta o aspecto importante da circulação das palavras para além dos espaços de uma sociedade letrada. Desse modo, segundo o autor, a imprensa:

(...) pretendia também marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais e que dizia respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais. A circulação de palavras - faladas, manuscritas ou impressas - não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira e não ficava estancada a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa (MOREL, 2009, p. 163).

A partir desse espaço, o jornalista se tornava figura destacada, uma vez que era responsável por difundir e fazer circular as informações, notícias, anúncios, e incitar as divergências políticas com a intenção de criar um espaço público de opinião e crítica.

Além de Marco Morel, outras historiadoras detiveram atenção ao tema do periodismo no processo da independência, como Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Maria Beatriz Nizza da Silva e Isabel Lustosa, já citadas (NEVES, SILVA, 2009; LUSTOSA, 2000).

Maria Nizza da Silva enfatiza os jornais como espaço de divulgação do saber político, e afirma que, após os movimentos constitucionais na Bahia e no Rio de Janeiro em 1821, os impressos se dedicaram a definir “os novos conceitos políticos (como Constitucionalismo, soberania etc) e a mostrar a diferença entre os governos absolutos e os constitucionais” (SILVA, 2009, p. 77).

As pesquisas também têm ampliado os horizontes pelos quais se encontram as interpretações da historiografia acerca das independências<sup>51</sup>. Oportuno é o trabalho do historiador João Paulo Pimenta, em que insere a experiência revolucionária brasileira no contexto amplo que se passara nos outros países da América (PIMENTA, 2017).

Muito já se tem escrito e apresentado sobre o bicentenário da independência do Brasil, celebrado no dia 2 de julho, na Bahia, e no dia 7 de setembro de 2022. São

---

<sup>51</sup> É o caso, por exemplo, do Dicionário político y social del mundo ibero-americano, organizado por Javier Fernández Sebastián. Conceitos políticos inerentes aos processos das independências foram analisados por ele por pesquisadores de Portugal, Espanha e diversos países americanos. Ver: (JÚNIOR, 2014; SEBASTIÁN, 2009).

pesquisas com pautas identitárias, indígenas, inclusive na perspectiva decolonial, que tencionam o paradigma pacífico sobre o qual assentou esse processo histórico.

Pouco se falou de Silva Maia<sup>52</sup>, personagem relevante para compreender o desenrolar desse processo à luz da imprensa e de seu exílio, ainda que, por um tempo esteve do outro lado, junto ao grupo mercantil contrário à separação.

### **Considerações finais**

O tema do exílio português, consequência do movimento antiliberal liderado por D. Miguel, contribui com estudos já consolidados e permite propor novos debates. O objetivo deste artigo centra-se no antilusitanismo ao destacar uma disputa política no periodismo nos anos finais do Primeiro Reinado.

Os jornalistas viram a imprensa como espaço necessário para afirmação dessas identidades. O desembarque do portuense Joaquim José da Silva Maia no Rio de Janeiro, em 1829, sem dúvida revela o fato óbvio, presente na historiografia, de que os dissensos entre brasileiros e portugueses estiveram longe de se encerrar após a independência.

Nesse momento, a hostilidade ao português era forte, e a chegada dos exilados liberais, apesar do abrigo concedido por D. Pedro I, aumentou os conflitos antilusitanos e reforçou as críticas ao governo do Imperador, acusando-o de interferência nos assuntos de Portugal.

Em 1830, a crise política foi “acentuada pela disputa entre liberais de oposição mais ou menos radicais e liberais partidários de d. Pedro e pelo envolvimento direto de jornalistas nos conflitos de rua entre portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro [Noite das Garrafadas]” (LUSTOSA, 2015, p. 1). A partir desta abordagem sobre o contraponto de ideias entre os liberais do *Astréa* e Silva Maia se compreende uma história que emerge do conflito do processo da(s) independência(s).

Valdei Lopes de Araújo, historiador que aborda acerca da existência de dois regimes de autonomia intelectual no Brasil no século XIX, argumenta que “ao lado da luta partidária havia também o debate sobre o papel da imprensa na vida política”. Para o autor, é importante valorizar não somente a luta dos grupos políticos, mas entender criticamente o conteúdo que estava em debate – no caso, a formação da opinião pública, de relatos históricos, autonomia e legitimidade discursiva como foi possível abordar aqui

---

<sup>52</sup> À exceção segue sendo os trabalhos de Maria Nizza da Silva, Walquiria Alves e Isabel Lustosa, já citados.

no texto –, de forma a recuperar suas “condições de possibilidade discursiva e extra-discursiva” (ARAÚJO, 2015, p. 386)<sup>53</sup>.

A amostragem das edições desses jornais evidencia, portanto, uma luta política através do periodismo na medida em que os jornalistas fluminenses tomaram parte da trajetória do exilado e a atualizaram para o contexto da Abdicação de D. Pedro, e ao mesmo tempo buscavam defender projetos de Estado e Nação distintos, ainda que liberal.

## Referências

### Fontes

Astréa, Rio de Janeiro, 1830.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1830.

Idade d’Ouro do Brasil, Bahia, 1815-1817.

Imparcial, Porto, 1826-1827.

O Brasileiro Imparcial, Rio de Janeiro, 1830.

Semanário Cívico, Bahia, 1821.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica**. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1844.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Raphael Rocha de. **Constitucionalismo, imprensa e opinião pública nas monarquias dos Bragança: Portugal e Brasil (1826-1834)**. Tese de doutorado (História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ALVES, Walquiria de Resende Tofanelli. **Política e historiografia na Independência: a trajetória de Joaquim José da Silva Maia entre Brasil e Portugal, 1776-1831**. In: XXV Encontro Estadual de História. História, desigualdade e diferenças, 2020, *Anais*, ANPUH: São Paulo, p.1-17, 2020.

---

<sup>53</sup> Importante destacar que, entre os anos de 1830 e 1840, não existiam partidos políticos no entendimento de hoje como “partido-máquina”. Marco Morel assevera que a diferenciação do que se entendia por partido político na primeira metade do século XIX da compreensão atual constituiu-se em formas de agrupamento em torno de um líder ou através da imprensa e palavras de ordem e que seus participantes se delimitavam por afinidades e lealdades intelectuais, econômicas, culturais. Ver: (MOREL, 2003, p. 32).

ALVES, Walquiria de Resende Tofanelli. **Política e comércio no contexto da independência o projeto de Joaquim José da Silva Maia para o Império Português (1821-1823)**. *Revista História das Ideias*, v. 40. Lisboa, 2ª série, 07 jul., p.177-200, 2022. DOI: [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_40\\_8](https://doi.org/10.14195/2183-8925_40_8). Acessado em: 23 jul. 2022.

ALVES, Walquiria de Resende Tofanelli. **Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da Independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)**. Dissertação de mestrado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ARAÚJO, Valdei Lopes. **Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil**. *Varia hist.*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago, 2015.

BASILE, Marcello. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Tese de doutorado (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BASILE, Marcello. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BASILE, Marcello. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

BERBEL, Márcia. **A retórica da recolonização**. In: István Jancsó (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 791-808, 2005.

CASSINO, Carmine. **Portugal e Itália: emigração, nação e memória (1800-1832)**. Tese de doutorado (História), Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no império luso-brasileiro**. *América Latina en la Historia Económica*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 169–193, 2009.

FARIA, Fabio Alexandre. **Circulações internacionais e Liberalismo. O exílio liberal português, 1828-1832**. Dissertação de mestrado (História), Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE, Lisboa, 2015.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. **O exílio liberal no Cone Sul da América de 1820: o caso de João Soares Lisboa em Buenos Aires (1822-1823)**. *Revista Complutense de Historia de América*, [S. l.], n. 47, p. 67–88, 2021.

FRUTUOSO, Moisés. **Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831)**. In: BESSONE, Tânia (org.) et. al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. [recurso eletrônico]. 1ª ed., São Paulo: Alameda, 2016, p.45-63.

GONÇALVES, Andréa Lisly.; GUIMARÃES, Nívea Carolina. **Manifestações da contrarrevolução miguelista no Brasil (1823-1834)**. *Almanack*, [S. l.], v. 1, n. 26, p. 1–

49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/9921>. Acesso em: 02 jan. 2022.

JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KARSBURG, Alexandre. de O. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. In: VENDRAME, M. I. et al. Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

LOUSADA, M. A. **O miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada**. Trabalho de síntese. Provas de aptidão pedagógica e capacidade, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. **D. Miguel**. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, 2009.

LUSTOSA, Isabel. **Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista**. *Revista de História das Ideias*. Lisboa, v. 39, 2ª série, 16 jun., p. 201-221, 2021. DOI: [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_39\\_8](https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_8). Acessado em: 17 jun. 2021.  
LUSTOSA, Isabel. *Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil*. *Revista do IHGB*, a. 176, p. 61-86, 2015.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos e impressos: a guerra dos jornalistas na Independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso e vasto império: Portugal e Brasil bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **A cabala macônica do Brasil: o primeiro Grande Oriente Brasileiro (Bahia e Pernambuco, 1802-1820)**. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 70, p. 73-137, 2017.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Societat rural i actitudes polítiques a Portugal 1820-1834**. Sp. Carlism i moviments Absolutistes. Girona: Eumo Editorial, 1990.

MOREL, Marco. **Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil**. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 154-184, 2009.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro (1825-1845)**. Tese de doutorado (História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

PAGUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the age of Atlantic Revolutions: the luzobrazilian world, 1770-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PEREIRA, Mirian Halpern. **A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração.** In: ARRUDA, J. J. de A et all. De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil. Lisboa: Almeida, 2013, p. 37-45.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências:** a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: INTERMEIOS, 2017.

RODRIGUES, José Honório. **Independência:** revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 5, 1975-1976.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **As noites das garrafadas: uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro, 1831.** *Luso-Brazilian Review*, New Mexico, v. 37, n.2, p. 59-74, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção:** liberdade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Tese de doutorado (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Pés-De-Chumbo e Garrafeiros: Conflitos e Tensões Nas Ruas do Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1822 - 1831).** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23/24, p. 141-165, 1995.

SEBASTIÁN, Javier Fernandes. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano:** La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SILVA, Luiz Gustavo Martins da. **Entre penas e impressos:** a experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil (1826-1837). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A imprensa na época joanina.** In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 15-30, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Semanário Cívico:** Bahia, 1821-1823. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, Luana Mello e. **Os deputados mineiros eleitos às cortes constituintes de Lisboa.** Dissertação de mestrado (História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

SIMAL, Juan Luis. **Liberalismo Internacional y Exilio en Europa, 1814-1834.** *Seminario de Historia:* Madrid, 2012.

SIMAL, Juan Luis. **Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834.** *Centro de Estudios Políticos y Constitucionales:* Madrid, 2012.

---

**Luiz Gustavo Martins da Silva**

Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP. Pesquisador integrante do Núcleo de Pesquisas CNPq Império e Lugares no Brasil (ILB) da UFOP e do Grupo de Pesquisa CNPq em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS/UFT) da Universidade Federal de Tocantins.

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/1894416580769349>

---

**Artigo recebido em:** 27 de outubro de 2022.

**Artigo aprovado em:** 04 de outubro de 2022.